

The e-PARTICIPATION AS A TOOL FOR SOCIAL CHANGE - A CASE STUDY

Anselmo Luiz Éden Battisti (Univel, Paraná, Brasil) – anselmobattisti@gmail.com

Maria Alexandra Cunha (Puc, Paraná, Brasil) – mariaalexandra.cunha@gmail.com

Fernando Palhares (Univel, Paraná, Brasil) – palharesf@univel.br

Marcio Fonseca (Univel, Paraná, Brasil) – marcio@qualifika.com.br

ABSTRACT

The use of ICTs (Information and Communication) as a tool for spreading democracy is a global phenomenon. Social networks mobilize thousands of people in a short time. These mobilizations have different objectives, from organizing rallies even the disclosure of petitions seeking the modification of laws. This work uses the model as a conceptual framework of pluralist (Pozzebon & Diniz, 2012), and a qualitative study seeks to understand how the e-Petition is used by the population, in a case study in Brazil. The case study took place in the city of Cascavel in 2011, where due to dissatisfaction with the increased number of councilors at City Hall was the creation of an e-Petition. As a result it can be seen that the population is favorable and adopts the technology, but the government still imposes restrictions on its use.

Keywords: e-Government, e-Democracy, e-Participation, ICT Social Technology

A e-PARTICIPAÇÃO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL – UM ESTUDO DE CASO

RESUMO

O uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) como instrumento de difusão da democracia é um fenômeno global. As redes sociais mobilizam milhares de pessoas em pouco tempo. Estas mobilizações tem objetivos variados, desde a organização de passeatas até mesmo a divulgação de petições que pedem a modificações de leis. O presente trabalho utiliza como modelo conceitual o framework pluralista de (Pozzebon & Diniz, 2012) e, em um estudo qualitativo busca entender de que maneira a e-Petição é utilizada pela população, em um estudo de caso no Brasil. O caso estudado ocorreu na cidade de Cascavel em 2011, onde, devido a insatisfação com o aumento do número de vereadores na Câmara Municipal houve a criação de uma e-Petição. Como resultado pode-se observar que a população é favorável e adota a tecnologia, porém o poder público ainda impõe restrições ao seu uso.

Palavras Chaves: e-Governo; e-Democracia; e-Participação; TIC; Tecnologia Social

1. INTRODUÇÃO

A democracia segundo (Kelsen, 2000) é apenas um método para a criação da ordem social onde a maioria exerce o poder. Porém, diferentemente de outros modelos de governo, na democracia, a minoria é reconhecida e seus direitos fundamentais são respeitados e mantidos. Existem diversos tipos de democracia, no Brasil o modelo vigente é a democracia representativa onde o povo pelo seu voto escolhe quem serão os seus representantes. Serão eles que irão votar sobre os temas deliberados. Mesmo em democracias representativas existem momentos especiais onde os referendos populares são convocados. Neles, o povo toma a decisão votando diretamente em determinado tema.

Existem diversos indicadores que mensuram o grau de democracia de uma nação, tais como os produzidos pela *Freedom House* (KARATNYCKY 1999), e o Democracy Index (DI) desenvolvido pela revista inglesa *The Economist*. Entre as dimensões avaliadas pelo DI estão: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis. O Brasil ocupou em 2010 posição número 47, em 2011 a posição 45, em 2012 a posição 44 (Economist & Unit, 2012).

As TIC podem contribuir para a democracia em diversos aspectos, um deles é a e-Participação. Segundo (Sæbø, Rose, & Skiftenes Flak, 2008) a e-Participação envolve a extensão e transformação do processo de participação de uma sociedade democrática mediados pelos recursos das TIC, principalmente a Internet.

A e-Participação não é apenas um ferramentas de voto direto, ela é mais ampla. Nela podem estar contidas iniciativas que visam a troca informações, como fóruns, enquetes. Outras ferramentas como os SIG (Sistema de Informação Geográficos) são utilizados para a elaboração do mapeamento de problemas urbanos como: ilhas de criminalidade ou locais onde a falta de coleta de lixo por exemplo. Neste trabalho será aborda a e-Participação com mecanismo de voto online (Sæbø et al., 2008).

Para avançar no conhecimento sobre o fenômeno da e-Participação no Brasil, este trabalho realizou um estudo de caso que investigou uma iniciativa popular realizada na cidade de Cascavel/PR no ano de 2011. Esta iniciativa teve como objetivo impedir o aumento no número de vereadores na Câmara Municipal de quinze para vinte e um. Apesar da iniciativa ter contado com o apoio de mais de cinquenta entidade de classes e ter utilizado tanto os meios tradicionais de coleta de assinatura como os meios online o projeto de lei foi aprovado e o número de vereadores foi reajustado para vinte e um.

O trabalho de investigação está a seguir descrito. Neste item 1, Introdução, relata-se o contexto e os objetivos do trabalho. No item dois, serão apresentados os conceitos sobre e-participação; e-Democracia e e-Petição. No item três, será apresentado o método utilizado na coleta e análise dos dados deste estudo. No item quatro, serão discutidos os resultados obtidos, bem como, algumas de suas implicações e, no item cinco as considerações finais sobre o trabalho serão apresentadas.

2. e-Democracia, e-Participação e e-Petição

O estudo do uso das TICs no governo vem sendo estudado no Brasil a mais de uma década, e ainda existe certa dificuldade ou mesmo impossibilidade da apresentação de uma clara delimitação entre os fenômenos que se enquadram em termos como: e-Governança, e-Administração Pública, e-Serviço Público, e-Democracia, entre outros. Isso pode ser causado devido ao campo de estudo ser relativamente jovem, ou mesmo, pelo constante aperfeiçoamento tecnológico. Para fins didáticos, este artigo irá adotar algumas definições como premissas para o delineamento deste estudo, explorando os conceitos de e-democracia, e-participação e e-Petição.

2.1 e-Democracia

O significado original do termo “democracia”, cunhado pela teoria política da Grécia antiga, era o do “governo do “povo”, a participação dos governados no governo (Kelsen, 2000). Em um governo democrático todo cidadão possui direito e deveres. No Brasil vigora a democracia representativa. Alguns dos aspectos apontados por (Curran & Nichols, 2005) para a existência da democracia representativa são: grande número de cidadãos o que inviabiliza a concentração de todos para o voto direto, complexidade organizacional social.

A expressão e-Democracia refere-se à ampliação das práticas democráticas utilizando as TIC. Envolve a comunicação entre Estado e cidadão (e a deste com o Estado) e, mais ainda, a comunicação entre todos os participantes do processo político (Cunha & Miranda, 2013). Desta forma, pode-se ver este fenômeno como uma extensão das práticas democráticas já existentes (Pinho, 2011). Tornando o processo uma extensão das práticas e abordagens já adotadas na sociedade.

O uso da internet como meio ampliação da democracia ainda possui um paradoxo, segundo (Pinho, 2011) por um lado, parece ser um território de liberdade e igualdade; por outro, aponta um risco de aprofundamento do individualismo convivendo com uma agregação de interesses de grupos, o que geraria guetos de interesses e não um ambiente de ampla democratização. Desta forma, é importante um planejamento que vá além da e-Democracia pela simples e-Democracia. É necessário reforçar as bases teóricas e conceituais dos cidadãos para que tenham condições e interesse na participação da mesma.

Para fins didáticos, a e-Democracia e alguns de seus elementos podem ser decompostos como visto na Figura 1. A existência da e-Democracia depende da e-Governança que por sua vez depende de outros fatores. A inclusão digital é um dos alicerces da e-Democracia pois sem ela não é possível a manifestação plena de uma população por intermédio das TIC. O uso das TICs pode se manifestar em diversas formas, implementando práticas como: e-Voto e a e-Participação.

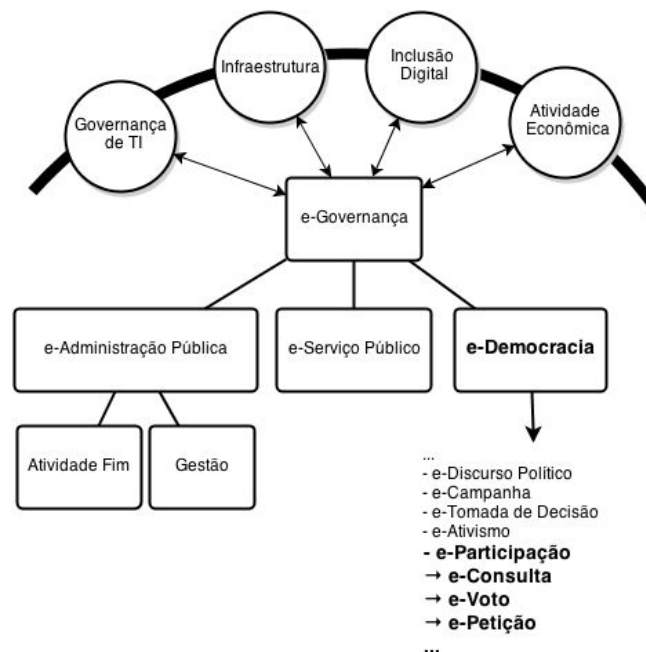


Figura 1: Adaptado de (Cunha & Miranda, 2013) e (Sæbø et al., 2008)

A e-Democracia engloba aspectos multidisciplinares. No seu estudo, há simultaneamente aspectos sócio culturais, tecnológicos e de contexto temporal. (Pozzebon & Diniz, 2012). O crescimento do uso de ferramentas que favorecem a e-Democracia pode ajudar um país a melhorar seu posicionamento no DI, pois, uma das dimensões mensuradas é o processo eleitoral e o seu pluralismo (Economist & Unit, 2012).

2.2 e-Participação

Um dos campos de estudo dentro da e-Democracia é a e-Participação. Nela são enquadrados os usos das TICs como ferramentas de manifestação direta do povo sobre temas relevantes. Alguns exemplos de ferramentas são: fóruns de discussão, portais de orçamento participativo (Fahel & Cabral, 2012).

Um dos aspectos fundamentais para que a participação popular seja efetiva, é que todos os cidadãos devem ter a mesma chance de participar nas deliberações públicas (Habermas, 1986). Quando pensamos em e-Participação a missão central da TIC deve ser o favorecimento da criação e difusão do conhecimento entre os cidadãos (Curran & Nichols, 2005). Desta forma, as lacunas sociais que implicam em diferentes níveis de acessos e de domínio das tecnologias entre os grupos participantes deve ser levado em consideração (Dutta-Bergman, 2005, p. 89) para que assim exista a participação democrática efetiva.

Na Figura 1 podemos observar que a e-Participação pode ser subdividida. O e-Voto ainda é um dos aspectos mais desafiadores tanto do aspecto social como tecnológico. Do ponto de vista social existe o receio de que devido ao meio ser informatizado seja possível determinar qual foi o voto feito por um determinado cidadão. Do ponto de vista tecnológico ferramentas que garantam a autenticidade do voto ainda estão em estudo.

2.3 e-Petição

Uma petição pública é uma manifestação popular cujo objetivo é forçar a discussão de um determinado tema por seus representantes (Constituição 1998). Cada esfera do poder Legislativo possui regras diferentes com relação ao número de assinaturas em uma petição para que ela seja válida. Projetos de caráter municipal necessitam que 5% dos cidadãos assinem a mesma, já projetos de nível nacional necessitam de 1%. No Brasil, estes valores estão sendo discutidos pela PEC (proposta de emenda à constituição) nº 3 de 2011. O novo valor proposto para projetos nacionais é de meio por cento de assinaturas.

A e-Petição segundo (Prosser & Muller-Torok, 2002) ocorre quando as TICs são utilizadas como instrumento para coleta das assinaturas para uma petição. Alguns governos como o escocês (Wojtas, 2000) e o alemão (Lindner & Riehm, 2013) oferecem ferramentas padronizadas para prática da e-Petições. No Brasil este ainda é um tema que carece de regulamentação.

3. DESCRIÇÃO DO MÉTODO

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa com o uso de dados primários coletados por meio de entrevistas junto aos grupos sociais relevantes: membros da comunidade; políticos; equipe de desenvolvimento e membros do observatório social. Dados secundários também foram analisados e são oriundos da análise documental (sites institucionais, materiais de divulgação, redes sociais, etc.).

A estratégia de pesquisa foi o estudo de caso. Ele foi escolhido pois segundo (Sampieri, 2013) é adequado quando é estudada uma unidade profundamente para se responder ao problema de pesquisa. Nossa unidade de análise são os órgãos públicos que passaram ou passam por alguma e-Petição, e, o caso estudado é da e-Participação contra o aumento do número de vereadores na Câmara Municipal de Cascavel. A escolha deste caso deu-se pois no Brasil existe um número pequeno de iniciativas populares que utilizaram como instrumento a e-Petição.

O Instrumento utilizado para a realização da pesquisa foi o framework conceitual e multinível apresentado por (Pozzebon & Diniz, 2012). Ele foi escolhido pois segundo (Moreira, 2011) o framework já foi utilizado com sucesso em diversas pesquisas, tanto no Brasil como no exterior. Com ele quatro dimensões são analisadas durante a análise do problema, sendo elas:

- Identificação dos grupos sociais: consiste em identificar os grupos sociais que possuem interesse no fenômeno estudado;
- Identificar quadros interpretativos concorrentes ou convergentes: dentro dos grupos sociais determinados indivíduos terão visões convergentes ou divergentes;
- Identificar mecanismos abertos à negociação e mudança: quais serão as TICs utilizadas e de que maneira elas vão permitir alterações no fluxo de recursos e informações;
- Identificar consequências intencionais e não intencionais das tecnologias-em-prática: a implementação de uma mudança advinda poderá ou não ter os efeitos previamente planejados, e mais, mesmo quando o resultado é alcançado novas situações podem ser geradas devido a criatividade dos envolvidos no processo.

Em resumo, o quadro é pluralista, pois combina contextualismo, moldando social da tecnologia e vista da estruturação da tecnologia. É multinível porque incorpora três inextricavelmente níveis ligados de análise: individual, de grupo e comunidade / sociedade. Ele combina quatro conceitos centrais: grupos sociais, quadros interpretativos, mecanismos de negociação e tecnologia-em-prática. Estes conceitos estão ligados de acordo com três dimensões interligadas, como postulado por contextualismo: conteúdo, contexto e processo. A Figura 1 ilustra a estrutura. (Pozzebon & Diniz, 2012)

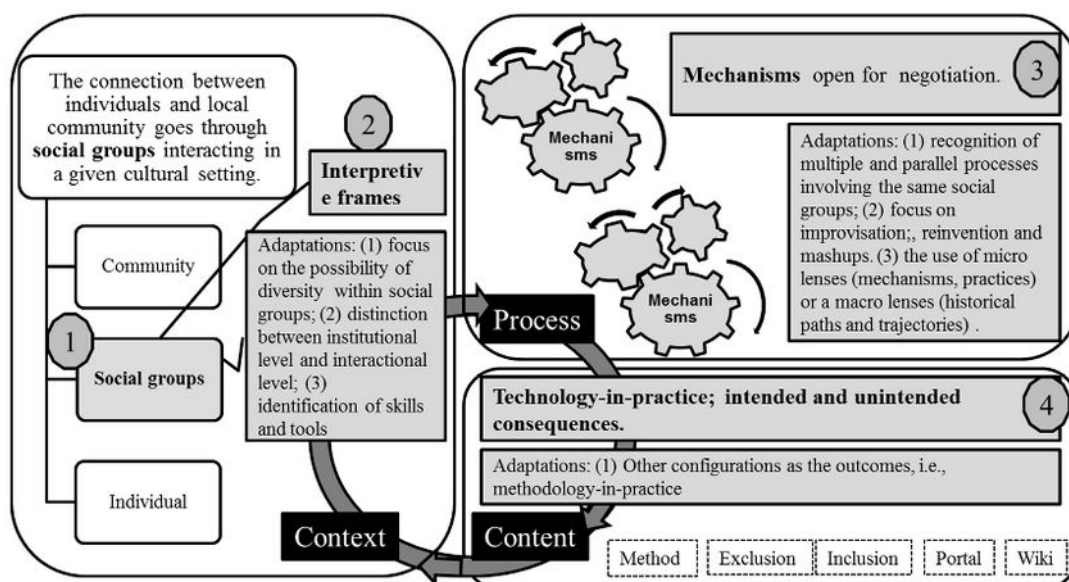


Figura 1: Framework conceitual multinível e pluralista (Pozzebon & Diniz, 2012).

A coleta de dados primários foi realizada no mês de agosto de 2013. Foram feitas quatro entrevistas com duração aproximada de trinta minutos. Cada entrevistado fazia parte de um dos grupos envolvidos no processo.

Também foram utilizados dados secundários como sites, jornais e revistas. O conteúdo de e-mail trocados entre a equipe de desenvolvimento da ferramenta de e-Petição e os seus proponentes foi utilizado como fonte de dados para o entendimento da construção da ferramenta de e-Petição.

Outra fonte de dados utilizada foram as entrevistas filmadas no mês de setembro de 2011. Nelas os populares explicavam os motivos pelos quais estavam assinando a petição. No total foram analisadas seis entrevistas de aproximadamente um minuto e meio cada.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

4.1 Caso: A Petição Contra o Aumento do Número de Vereadores em Cascavel / PR

No município de Cascavel localizado na região oeste do Paraná em 2011 houve uma petição cujo objetivo era impedir o aumento no número de vereadores. Originalmente o movimento utilizou métodos tradicionais de coleta de assinaturas. Devido a problemas de natureza legal a petição tradicional foi anulada, desta forma, foi criada uma e-Petição para a proposta.

No Brasil são poderes da união, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (Constituição 1988). No âmbito municipal o poder Legislativo é exercido pelos Vereadores. Aos mesmos são atribuídas as funções de: propor e votar leis de abrangência municipal, propor benfeitorias e fiscalizar o poder executivo.

O número máximo de vereadores em um município é calculado em função do número de habitantes. O município de Cascavel segundo o censo 2010 realizado pelo IBGE possui mais de 280 mil habitantes. Desta forma, o número máximo de vereadores para o município de Cascavel, segundo o Artigo 29 da constituição, seria vinte e um.

Nas eleições municipais de 2008, o número de vereadores eleitos da cidade de Cascavel era de dezessete. Após a realização do censo em 2010 (IBGE, 2012) o número de vereadores poderia ser aumentado para vinte e um. O aumento não é realizado de forma automática, é necessário que haja uma alteração na lei eleitoral para que o novo número se torne oficial.

Com a proposição da lei que aumentaria o número de vereadores, iniciou-se um debate sobre o tema. Parte da população era favorável ao aumento alegando que desta forma a representatividade popular seria maior. A outra parte era contra e alegava principalmente que iria ocorrer um aumento nos gastos públicos.

Como parte do movimento contrário ao aumento do número de vereadores, iniciou-se uma coleta de assinaturas. O objetivo era coletar assinaturas de 5% dos eleitores com o objetivo de impedir o aumento do número de vereadores. Este movimento foi realizado pela coleta física (caneta e papel) das assinaturas.

Após a realização da coleta das assinaturas os documentos foram entregues à Câmara Municipal de Cascavel. Para fins de validação das assinaturas contidas no documento o mesmo foi enviado ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em Cascavel. O TRE relatou que o preenchimento de vários nomes havia sido realizado de forma incorreta ou ilegível. Assim, a documentação foi considerada insatisfatória e recusada.

Para resolver o problema, O Observatório Social de Cascavel iniciou uma nova campanha utilizando um mecanismo de e-Petição. Uma plataforma foi desenvolvida para que os eleitores pudessem ter acesso ao conteúdo da petição e assinassem a mesma. O endereço do site para o seu acesso era <http://vote.observatoriocascavel.com.br>. A divulgação da e-Petição deu-se em duas frentes de trabalho:

1. Computadores em locais públicos: com o objetivo de aumentar a representatividade da petição foram instalados computadores com acesso a Internet em locais de grande circulação popular. Esta iniciativa buscou minimizar os efeitos da desigualdade no acesso as TICs entre os diversos grupos sociais como apontado por (Dutta-Bergman, 2005);
2. Redes sociais: foram utilizadas como canal de divulgação pois possuem um grande capilaridade em diversos grupos sociais.

Novamente houve sucesso na coleta das assinaturas e aproximadamente quinze mil eleitores assinaram a e-Petição. A Câmara Municipal aceitou a documentação porém mesmo com a

iniciativa popular contrária ao aumento no número de vereadores a proposta foi rejeitada e o número de vereadores passou de quinze para vinte e um.

4.2 Grupos Sociais

Os grupos sociais relevantes são compostos pelos indivíduos que de alguma forma afetaram ou serão afetados pelo uso das TICs. Esta contextualização é importante pois as TICs não influenciam de forma unidirecional a sociedade, elas também são influenciadas pela sociedade (BIJKER & LAW, 1992). Desta forma os grupos sociais que de alguma forma participaram do processo foram:

- **Eleitores:** composto pelos cidadãos votantes da cidade de Cascavel;
- **Organizadores do movimento:** o movimento foi organizado e coordenado pelo Instituto Observatório Social que é uma organização brasileira sem fins lucrativos que busca promover a cidadania e a participação coletiva. Além do Observatório Social mais de 50 organizações apoiaram o projeto, tais como: sindicatos, liderança políticas; entidades de classe, etc.;
- **Membros do Legislativo:** composto pelos vereadores, assessores e demais integrantes do poder legislativo;
- **Equipe técnica:** equipe que auxiliou no desenvolvimento da plataforma utilizada como instrumento de e-Petição.

Existe uma intersecção entre os membros dos grupos. Um membro de um grupo poder fazer parte de outro grupo. Todos os membros dos grupos em alguma instância também podem ser considerados membros do grupo Eleitores. O indivíduo age de acordo com o papel assumido naquele momento e de acordo com o contexto onde estava inseridos.

A relação entre comportamento e grupos sociais foi observado no famoso experimento da prisão de Stanford realizado em 1971. Nele foi percebida um forte relação entre o comportamento e o grupo social no qual o indivíduo está inserido (Zimbardo, Maslach, & Haney, 2000). Este fenômeno pode ser observado em diversas situações sociais onde indivíduos agem de forma diferente quando em grupo e quando sozinhos, por este motivo é importante a caracterização dos grupos envolvidos no processo.

4.3 Quadros Interpretativos

A teoria da estruturação postula a noção de estrutura como um conjunto de regras e recursos que mediam a ação social por meio de três dimensões: facilidades; normas e esquemas interpretativos (Moreira, 2011). Os quadros interpretativos dentro do framework representam as diversas visões possuídas pelos integrantes dos grupos relevantes frente ao problema enfrentado. No Quadro 1 e 2 podemos ver as visões dos diversos grupos envolvidos frente ao fenômeno.

	Posição Adotada
--	-----------------

Eleitores	Parte contrária e parte favorável
Organização do Movimento	Todos contrários
Membros do Legislativo	Maior parte favorável
Equipe técnica	Maior parte contrária

Quadro 1: Quadros interpretativos dos membros dos grupos relevantes

Esta diversidade de opiniões apresentada no Quadro 1 representa um dos aspectos mais importantes da democracia, a liberdade de opinião sobre qualquer tema debatido. O uso das TICs como ferramenta de ampliação desta discussão favorece ainda mais o poder de argumentação dos envolvidos. No Quadro 2 são apresentados os principais argumentos referentes ao posicionamento favorável ou contrário ao tema.

Argumento	Favoráveis	Contrários
Representatividade de	Com um número maior de vereadores a representatividade popular irá aumentar o que tornará o processo como um todo mais justo.	Não necessariamente um número maior de vereadores representará um grupo mais heterogêneo da sociedade.
Orçamento	O valor total do orçamento da Câmara Municipal não está associado ao número de vereadores e sim ao orçamento municipal anual para a mesma.	Mesmo existindo este limitante máximo não necessariamente o valor máximo deve ser gasto.
Aumento da fiscalização	Um número maior de vereadores permitirá uma melhor execução das funções de fiscalização.	As TIC permitem que um número menor de pessoas realizem esta tarefa.
Quanto ao uso da e-Petição	Amplia os limites para a participação popular nos processos democráticos.	Torna o processo de coleta de assinaturas duvidoso inviabilizando o processo.

Quando 2: Argumentos favoráveis e contrários ao aumento do número de vereadores.

Um dos principais aspectos levantados pelos contrários ao aumento do número de vereadores está relacionado ao gasto do dinheiro público. Para a população os benefícios produzidos pelo legislativo é incompatível com os gastos do mesmo. No **Quando 3** pode-se observar algumas falas de populares sobre o tema.

“Se precisa economizar então tem que economizar, com vinte e um não é vai gastar mais? Será que se fosse por R\$ 545,00 de salário eles gostariam de ser Vereadores? Está sobrando gente com quinze, não estão fazendo nada por ninguém mesmo.”

“Não é a quantidade de vereador é a qualidade, será que eles não enxergam. Quando custa mais sete vereador? Porque não investem em outras áreas?”

“Primeiro tinha que diminuir, pois os vereadores que elegemos no nosso bairro não estão trabalhando, não instalaram os semáforos que foi prometido”

“O número que existe atualmente é mais do que suficiente, essas pessoas que estão lá tem tempo e funcionários suficientes para fazer o que tem que ser feito e não fazem”

Quadro 3: Fala de populares entrevistados entre os dias 20 e 28 de setembro de 2011.

4.4 Mecanismos

No Brasil, uma petição de caráter municipal necessita que pelo menos 5% dos seus eleitores assinem a mesma (Constituição, 1988). Em Cascavel/PR segundo o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) o número de eleitores nas eleições de 2010 era de 202 mil. Desta forma, são necessárias pelo menos dez mil assinaturas para uma petição ser votada pela Câmara Municipal.

O regimento interno da Câmara Municipal exige que além da assinatura o participante deve informar dados como: Nome completo; nome do pai e da mãe; número do título de eleitor. Estes dados tem por finalidade a possibilidade de uma conferência dos participantes junto do TRE (Tribunal Regional Eleitoral).

O uso das ferramentas de e-Participação deu-se após a tentativa frustrada da realização da petição usando os meios tradicionais. Após a coleta de 13 mil assinaturas a lista foi enviada ao TRE que a reprovou pois não havia sido possível dar autenticidade aos documentos. O principal problema apresentando foi a ilegibilidade dos dados dos participantes.

O uso da e-Petição foi então levantada como alternativa por dois motivos. Primeiro não havia a garantia de que assinaturas coletadas manualmente não incorreria no mesmo problema. Segundo faltava menos de um mês para a realização da votação do projeto de lei.

Antes do início da e-Petição, advogados do Observatório Social analisaram as normas que regularizavam as petições e, não havia nenhum tipo de restrição com relação ao mecanismo online de coleta das assinaturas. Como a e-Petição impede a assinatura física do eleitor foi exigido que o endereço IP de cada participante fosse entregue juntamente com os dados do mesmo.

A construção da ferramenta para a e-Participação seguiu os critérios exigidos pelo departamento jurídico da Câmara Municipal de Cascavel. Ela foi construída de tal forma que pudesse ser utilizando tanto em computadores como em smartphones, porém, poucos votos foram realizados por smartphone.

A população foi bastante receptiva a e-Petição e em menos de duas semanas foram coletadas mais de 15 mil assinaturas. Dez dias antes da votação da proposta que aumentava o número de vereadores foi entregue o documento com as assinaturas. A câmara aceitou o documento e a proposta foi posta em votação.

4.5 Resultados

A capilaridade da divulgação foi grande. Diversos meios de comunicação deram destaque ao movimento. Após a coleta de mais de 15 mil assinaturas o documento foi entregue para análise junto ao TRE que desta vez o aprovou.

Antes da votação do projeto de lei que aumentava o número de vereadores o documento com as mais de 15 mil assinaturas foi apresentado aos vereadores. A iniciativa popular foi posta em votação e foi rejeitada por quinze contra dois. Desta forma o número de vereadores passou de quinze para vinte e um e entrou vigor nas eleições de 2012.

Os resultados indiretos da iniciativa popular foram considerados satisfatório pelos seus proponentes. Segundo eles, a população durante o período de assinaturas passou a conversar sobre política, além disso, nas eleições municipais de 2012 apenas quatro dos dezessete vereadores conseguiram se reeleger. Este fato mostrou que a população ao ter sua opinião desconsiderada pelos seus representantes optou pela sua substituição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A e-Petição ainda é um fenômeno pouco no Brasil e no exterior. Este trabalho buscou apresentar um panorama geral sobre os conceitos que fundamentam este mecanismo de prática democrática pelo uso das TIC. Além disso o estudo de caso pode ser utilizado com referências para estudos futuros.

A e-Petição já é uma realidade em países como Alemanha (Lindner & Riehm, 2013) e Escócia (Wojtas, 2000). No Brasil, ainda não existe regulamentação quanto ao uso da e-Petição. De maneira geral, a população brasileira tende a aceitar bem as novas tecnologias. A urna eletrônica por exemplo teve aprovação de 97% da população (<http://agencia.tse.jus.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=1144486>, acesso em 4 de agosto de 2014). Sendo assim, a e-Petição pode auxiliar na ampliação da participação popular nos processos democráticos. Na e-Petição realizada em Cascavel podemos dizer que houve apoio popular pois em menos de quinze dias conseguiu-se aproximadamente quinze mil assinaturas.

A coordenação da e-Petição procurou oferecer computadores em locais públicos para aumentar a participação popular. Além da ferramenta de e-Petição também foram coletadas assinaturas manuais para os interessados em participar da petição mas que não tinham domínio sobre a tecnologia.

A petição atingiu o número mínimo de assinaturas para ser posta em votação. Apesar de ter sido realizada utilizando uma ferramenta eletrônica para coleta de assinaturas ela foi posta em votação. A petição foi rejeitada por quinze votos contra dois.

Não podemos estabelecer uma relação direta entre o mecanismo de coleta das assinaturas nesta petição e a sua rejeição. Vale observar que apesar de ser um instrumento ainda novo a internet vem para aprofundar as tendências historicamente presentes na sociedade (Pinho, 2011). Desta forma, podemos entender este fato como uma demonstração do atual distanciamento entre os anseios da população e as ações tomadas pelos governantes.

Este trabalho foi realizado aproximadamente dois anos após o fato ter ocorrido, sendo assim, algumas lacunas de informação podem ter ocorrido. Além disso, um dos autores do artigo atuou como coordenador da equipe que implementou a ferramenta de e-Participação.

REFERÊNCIA

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- Bijker & Law (1992) - *Shaping Technology / Building Society: Studies in Sociotechnical Change*. Cambridge: The MIT Press 1992.
- Dutta-Bergman, M. J. (2005). Access to the Internet in the context of community participation and community satisfaction. *New Media and Society*, 7(1), 89–109.
- Cunha, M. A. V. C. da, & Miranda, P. R. de M. (2013). O Uso de TIC pelos Governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. *Organizações & Sociedade*.
- Curran, K., & Nichols, E. (2005). E-Democracy. *Journal of Social Sciences*, 1(1), 16–18. doi:10.3844/jssp.2005.16.18
- Economist, T., & Unit, I. (2012). *Democracy index 2012 Democracy at a standstill*.
- Fahel, M., & Cabral, B. (2012). Orçamento Participativo de Belo Horizonte: maior participação e menos clientelismo político? (parte I), 15(parte I), 8–42.
- IBGE. Censo Demográfico 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.
- Karatnycky, Adrian, 1999, “The 1998 Freedom House Survey: The Decline of Illiberal Democracy,” *Journal of Democracy* 10 (1), January: 112-25.
- Kelsen, H. (2000). *A Democracia* (2nd ed.). São Paulo / SP: Martins Fontes.
- Lindner, R., & Riehm, U. (2013). Broadening Participation through E-Petitions? Results from an Empirical Study on Petitions to the German Parliament. *Policy & Internet*, 3, 1–23.
- Moreira, A. A. (2011). *ARRANJOS TECNOLÓGICOS DA OPERAÇÃO POR MEIO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS NO BRASIL, FOCO NOS GESTORES DE REDE*. Fundação Getulio Vargas.
- Pinho, J. A. G. de. (2011). SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO , CAPITALISMO E SOCIEDADE CIVIL : REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA , INTERNET E DEMOCRACIA NA, 98–106.
- Pozzebon, M., & Diniz, E. H. (2012). Theorizing ICT and Society in the Brazilian Context: a Multilevel , Pluralistic and Remixable Framework, 287–307.
- Prosser, A., & Muller-Torok, R. (2002). E-democracy: A new dimension in democratic decision making. *Wirtschaftsinformatik*, 44(6), 545–556.

Roderik, R., Habermas and the Foundations of Critical Theory, London: MacMillan, 1986.

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2013). Metodologia de pesquisa. (5. ed.). São Paulo: MacGraw-Hill

Sæbø, Ø., Rose, J., & Skiftenes Flak, L. (2008). The shape of eParticipation: Characterizing an emerging research area. *Government Information Quarterly*, 25(3), 400–428.
doi:10.1016/j.giq.2007.04.007

Wojtas, O. (2000). Disgusted voters turn to e-petitions. Times Higher Education Supplement, 1463, 16 (<http://www.thes.co.uk>. Retrieved Junho de 2013).

Zimbardo, P. G., Maslach, C., & Haney, C. (2000). REFLECTIONS ON THE STANFORD PRISON EXPERIMENT: GENESIS, TRANSFORMATIONS, CONSEQUENCES.